

Funaro responde hoje ao PMDB sobre os desacertos da Economia

BRASILIA — Contra a vontade da sua liderança, e de maneira discreta, o PMDB coloca hoje, a partir das 9 horas, no Auditório Petrônio Portela, o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para responder sobre os rumos e desacertos da Economia.

— Isso é incontornável. Não há como segurar uma bancada deste tamanho, disse ontem o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, dando o tom de moderação com o qual o partido pretende tratar o seu Ministro da Fazenda.

Para não ocorrerem confrontos mais desagradáveis com os setores à esquerda do partido, o Ministro afirmou ontem, num jantar com o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, a exposição que fará na abertura dos debates. Um discurso feito com prévio conhecimento e sugestões da própria bancada.

Uma dessas sugestões é a estatização das agências de bancos privados brasileiros no exterior. Um dos autores da proposta, Deputado João Hermann (PMDB-SP), avalia:

— Nós (o Governo) vivemos cobrindo os rombos destes bancos. Somos responsáveis pelo passivo, mas

não sabemos o que acontece com o ativo.

Mas alguns confrontos serão inevitáveis. Podem começar com o Senador Affonso Camargo (PR) que ontem procurou o Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, Presidente da Mesa de debates, para saber detalhes da inscrição de questionamento do Ministro:

— Eu quero saber os rumos da Economia; por que os juros estão nas alturas; o que realmente estamos fazendo com a nossa dívida externa. Gostaria que ele me explicasse por que em fevereiro nos remuneramos o capital em mais de 20 por cento se a inflação foi de apenas 14 por cento. Pagamos aos especuladores 6 por cento de juros reais. E o maior da história.

Mas, para acalmar contumelias como esta, o Ministro tem na sua exposição uma boa carta. Segundo um dos economistas do PMDB que ajudaram a municipalizar Funaro de boas notícias, ele deve anunciar a rolagem da dívida dos Estados. Como o PMDB tem 22 dos 23 Governadores, será uma boa forma de acalmar a

bancada.

As metas e planos que o Ministro Funaro leva hoje à reunião, contudo, não repre sentam uma posição de Governo. São propostas de um membro do PMDB que serão examinadas pelo partido e, caso aprovadas, apresentadas ao Presidente José Sarney, que deverá incluí-las no Programa de Diretrizes Econômicas que está elaborando.

Esta foi a posição apresentada ontem pelo Presidente Sarney a seus assessores. O Presidente vem trabalhando de forma concentrada no exame dos problemas econômicos brasileiros, buscando traçar as novas diretrizes que irão orientar a política do Governo. Logo depois desta definição, Sarney promoverá uma reforma ministerial de modo a incluir em seu Governo as pessoas que considere mais adequadas à concretização de seu programa econômico.

Desde a última segunda-feira Sarney vem dedicando todas as manhãs ao estudo das propostas de ajuste da Economia apresentadas pelos empresários, técnicos do Governo e outros economistas convidados a cooperar.

Covardia

UM ATO irregular não ganha legitimidade pelo simples fato de não surtir efeito. Não há no Mundo interpretação jurídica que deixe de penalizar a tentativa do crime — pela simples e óbvia razão de que as leis existem tanto para punir como para prevenir.

ESSE raciocínio elementar justifica a decisão do Governador Moreira Franco, ao cortar o ponto dos funcionários estaduais que aderiram segunda-feira a uma "greve de advertência", tão ilegal quanto ilegítima.

PELA MESMA razão, é inaceitável o ato do Prefeito Saturnino Braga, que perdoou aos grevistas municipais, alegando que o serviço público não foi prejudicado.

O PAÍS vive um momento em que a autoridade, em todos os níveis, deve ser afirmada, com serenidade e firmeza.

É LAMENTÁVEL que o Prefeito Saturnino Braga tenha escolhido esta hora para demonstrar passividade, acomodação e, mesmo, covardia.

Proposta popular nº 1 é sobre reforma agrária

BRASILIA — A primeira proposta constitucional de iniciativa popular já está pronta para sair às ruas em busca de um mínimo de 30 mil assinaturas necessárias para que seja aceita na Assembleia Nacional Constituinte. E o projeto de reforma agrária elaborado pela Campanha Nacional de Reforma Agrária (CNRA), que reúne 19 entidades. A proposta foi encampada pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte.

A informação foi dada ontem por um dos líderes da CNRA, o ex-Presidente do Incra José Gomes da Silva. Segundo ele, esta é a única proposta que já tem uma redação constitucional e, por isso, já pode ser levada às ruas. Ainda de acordo com Gomes da Silva, ela conseguiu unificar todas as reivindicações dos movimentos sindicais e populares pró-reforma agrária, inclusive da Comissão Afonso Arinos e do PMDB.

A proposta visa a introduzir na Constituição um capítulo específico sobre a reforma agrária, na parte que trata da Ordem Econômica e Social. Contém 17 artigos e traz algumas inovações polêmicas, como a que limita a cada cidadão o direito de ser proprietário de um máximo de terras correspondente a 60 módulos regionais, o que, atualmente, varia, por município, de 300 a 6.600 hectares. O imóvel superior a esse limite e que permanecer totalmente inexplorado

por três anos consecutivos estará sujeito a confisco. Os demais imóveis que não cumprirem com sua "obrigação social" serão desapropriados por interesse social e pagos com Títulos da Dívida Agrária. Mas a proposta exclui da desapropriação os imóveis que não ultrapassem três módulos rurais. Pelos dados do Incra, atualmente 3,8 milhões dos 4,4 milhões de imóveis cadastrados se enquadram nessa faixa. A proposição estabelece a criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária, com dotação orçamentária de, no mínimo, cinco por cento da receita prevista no orçamento da União.

O lobby da reforma agrária chegou ontem à Constituinte. Durante todo o dia, líderes da CNRA, como José Gomes da Silva e o Bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino, fizeram verdadeira peregrinação pelos gabinetes e corredores do Congresso Nacional. Buscavam apoio à sua proposta constitucional e procuravam influir na escolha de um relator favorável às suas teses para a Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária, que deverá acontecer hoje. Estiveram, entre outros, com o Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, os líderes do partido na Câmara e no Senado, Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso, o Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o Líder do PC do B, Haroldo Lima, e Ulysses.